**Questionário III – Dívida pública, controle interno e externo**

Data de entrega: na aula da segunda semana de junho.

1. Explique o que entende por dívida pública, e fale sobre sustentabilidade da dívida e sobre o seu cálculo intergeracional.
2. Explique as classificações sobre a dívida pública previstas em nossa legislação. Faça a distinção entre amortização e conversão da dívida.
3. A dívida pública autoriza alguma forma de intervenção?
4. Identifique os conceitos normativos de “dívida fundada” na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei 4320/64. Há espaço para divergência entre as duas definições?
5. A Lei 9496/97 cuidou do refinanciamento da dívida dos Estados e, ao seu art. 3º, §5º, “c”, estipulou a proibição dos Entes optantes do programa para “emitir novos títulos públicos no mercado interno”. Seria possível aos Estados não integrantes de tal programa promoverem essa emissão?
6. Tendo em vista a resolução do Senado Federal 43/2001, quais são os requisitos para a municipalidade contratar operação de crédito diretamente com entidade internacional de fomento? Tais requisitos comprometem o Pacto Federativo?
7. A dívida pública brasileira, calculada como percentual do produto interno bruto – PIB, deve alcançar o patamar de 90% ao final de 2020, o que é geralmente percebido como negativo (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/14/com-deficit-de-9-em-2020-divida-publica-pode-chegar-a-90-do-pib-alerta-mansueto>). No entanto, países industrializados tendem a apresentar elevados endividamentos como percentual do PIB (Reino Unido 86,8%, França 98,4%, Espanha 97,1%, Bélgica 102%, Itália 132,2%, Japão 235%, EUA 107% <https://www.focus-economics.com/economic-indicator/public-debt>). Comente se com base nessa comparação seria correto concluir que a dívida pública brasileira é adequada para o país.
8. O que a “regra de ouro” tem que ver com o regime de débito público?
9. Compete ao Senado Federal, de acordo com o art. 52, VI, da Constituição Federal, fixar limites para a dívida consolidada da União, dos Estados e dos Municípios. Os limites para o endividamento de Estados e Municípios estão estipulados na Resolução 40/2001 do Senado Federal, mas não há tal limite no âmbito da União. Essa assimetria respeita o federalismo financeiro brasileiro? Quais são os limites da dívida pública dos estados e dos municípios brasileiros?
10. Deveria o valor de uma causa judicializada ser reconhecido como dívida na contabilidade pública caso se tenha razoável certeza de que o Estado será vencido em juízo?
11. Identifique, na Constituição, os meios de controle da administração pública, bem como a qual ator institucional compete tal meio.
12. Identifique as missões do Controle Interno no texto Constitucional.
13. Explique a função e atuação da Controladoria Geral da União. A fiscalização realizada por ela envolve o controle interno ou externo? A Controladoria Geral da União é controlada por algum órgão?
14. A Seção IX, do Capítulo I, do Título IV, da Constituição Federal, que cuida do Poder Legislativo, tem como título “Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária”. O artigo 70 trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. Explique o objeto de cada uma das fiscalizações indicadas.
15. Nosso ordenamento faz alusão tanto a um controle de legalidade quanto a um controle de legitimidade. Como deveriam ser compreendidos esses conteúdos? Explique as diferenças entre os controles de legalidade e legitimidade?
16. Há um conteúdo mínimo para a função de controle interno?
17. O que você entende por prestação de contas do Chefe do Poder Executivo? Qual a natureza jurídica da prestação de contas do Chefe do Poder Legislativo?
18. O art. 59, §1º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que os Tribunais de Contas alertarão acerca da extrapolação do patamar de 90% do limite para despesa total com pessoal nos órgãos e Poderes. Qual a repercussão jurídica desse alerta?
19. Qual órgão encontra-se encarregado do controle externo, a teor dos dispositivos constitucionais que abordam o tema? Poderia esse órgão adotar diretamente as medidas relacionadas nos incisos do art. 71 da CF/88?
20. O controle que pode ser exercido pelo Poder Judiciário das condutas do Poder Executivo sob o aspecto da legalidade deve ser entendido como exercício do Controle Externo da administração pública?